

LEONARDO ZICCARELLI RODRIGUES

RESPONSABILIDADE CIVIL E SUAS EXCLUDENTES

**Monografia apresentada ao Curso de
Direito do Setor de Ciências Jurídicas
da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel.**

**Orientador: Profº: Antônio Alves do
Prado Filho.**

**CURITIBA
SETEMBRO/2001**

TERMO DE APROVAÇÃO

LEONARDO ZICCARELLI RODRIGUES

RESPONSABILIDADE CIVIL E SUAS EXCLUDENTES

Monografia apresentada ao Curso de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

**Prof: _____
Antonio Alves do Prado Filho**

**Prof: _____
Eduardo de Oliveira Leite**

**Prof: _____
Sérgio Seleme**

Curitiba, Setembro de 2001

SUMÁRIO

RESUMO	iv
1 INTRODUÇÃO	6
2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	9
2.1 A era da vingança privada. o código de hamurabi.....	9
2.2 O direito romano e a <i>lex aquilia</i>	11
2.3 A idade média e o período das codificações.....	14
3 RESPONSABILIDADE CIVIL	15
3.1 Noções gerais.....	15
3.2 Responsabilidade por fato de outrem.....	18
3.3 Responsabilidade pelo fato da coisa.....	22
3.4 Responsabilidade objetiva e culpa presumida.....	26
4 EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE	29
4.1 Caso fortuito ou força maior.....	29
4.2 Cláusula de não indeniza.....	31
4.3 Culpa exclusiva da vítima.....	32
4.4 Estrito cumprimento do dever legal.....	33
4.5 Exercício regular do direito.....	34
4.6 Estado de necessidade.....	36
4.7 Legítima defesa.....	39
4.8 Fato de terceiro.....	41
5 JURISPRUDÊNCIA	43
6 CONCLUSÃO	53
BIBLIOGRAFIA	55

RESUMO

A responsabilidade civil é fruto da evolução histórica do direito e do pensamento jurídico dos povos da antiguidade, passando de um sistema de justiça privada para o moderno entendimento de satisfação compensatória pelos prejuízos sofridos com base em valores pecuniários. A responsabilidade civil é o resultado da reparação dos danos causados injustamente a terceiro por ato ilícito provocado pelo agente, possuindo nexos de causalidade entre a ação, ou omissão, e o dano efetivamente ocorrido. A responsabilidade civil, além de vincular o agente da ação danosa ao dever de reparar o prejuízo causado, estabelece casos em que certas pessoas respondem por fato de outrem, que ocorre quando o dever de compor o prejuízo ou dano se dá fruto de ação de pessoa que está sob a guarda, tutela ou vigilância de terceiro, recaindo sobre este o dever indenizatório. Existe ainda a responsabilidade por fato do animal e das coisas inanimadas, cujo fundamento consiste também no dever de guarda e vigilância do animal ou do objeto. Além da responsabilidade baseada na culpa, há ainda a responsabilidade que se baseia na teoria do risco, ou seja, independentemente de culpa do agente, uma vez que o responsável assume os riscos enfrentados pelos agentes, por estar retirando proveito financeiro destas atividades. Por fim, apesar da teoria geral sempre buscar um responsável para a reparação dos danos causados injustamente a terceiros, há casos em que a responsabilidade é ilidida face à existência de circunstâncias imprevisíveis e inevitáveis que impedem um resultado diverso daquele efetivamente ocorrido, denominando-se tais casos de excludentes de responsabilidade civil.

1 INTRODUÇÃO

O tema responsabilidade civil tem alcançado grande importância no dia a dia dos profissionais do direito, tendo em vista a necessidade constante que a sociedade tem de buscar a reparação pelos prejuízos que lhe são causados.

Atualmente, a doutrina e a jurisprudência tem tido um trabalho árduo para superar as inúmeras dificuldades teóricas e práticas apresentadas pelo tema, seja para qualificar como para quantificar a responsabilidade civil no âmbito da múltipla variedade das situações que podem ensejá-la.

A presente obra não pretende abranger toda a temática que envolve a teoria da responsabilidade civil, até porque descaracterizaria a natureza de monografia; mas busca, tão somente, traçar considerações gerais no que tange aos seus princípios básicos e aos seus pressupostos, e fixar, mais detalhadamente, o tema das excludentes de responsabilidade civil, retratando a amplitude e a diversidade dos casos que as envolvem.

Desta feita, como primeira parte do tema foi elaborado um esboço histórico apresentando a evolução do tema no decorrer da história, desde os povos mais primitivos da Mesopotâmia, através de Hamurabi, rei da Babilônia (1792-1750 a.C.), passando por Roma e até os tempos modernos. Este estudo permite avaliar a

transformação da noção de reparação do dano que ocorreu no transcorrer dos séculos. Da vingança privada e, por vezes, coletiva, para a noção de reparação pecuniária através do patrimônio.

A segunda parte do trabalho entra na seara do próprio tema da responsabilidade civil, apresentando seus pressupostos e modalidades, traçando detalhes básicos e gerais de sua teoria e doutrina. Assim, demonstra-se o alcance da responsabilidade civil no concernente ao dever de indenizar, como na responsabilidade por fato de terceiro, ou até mesmo pelo fato do animal ou das coisas inanimadas.

Ademais, ressalta-se a importância em que a teoria do risco, ou responsabilidade objetiva, assumiu nos tempos atuais, face aos avanços das condições econômicas e do desenvolvimento técnico-industrial que acarretaram em grandes mudanças na sociedade e, principalmente, no âmbito do trabalho.

Por fim, adentra-se o tema principal deste trabalho, qual seja, a exposição detalhada e individualizada das excludentes da responsabilidade civil. Se a regra geral da teoria da responsabilidade civil baseia-se na reparação dos danos causados à vítima, esta exposição visa demonstrar que, em determinados casos, face às circunstâncias adversas, este dever de indenizar se exclui, principalmente devido à quebra do nexo de causalidade entre a ação

do agente causador direto do dano e o prejuízo efetivamente suportado pela vítima.

Como parte derradeira é apresentada uma série de jurisprudências demonstrando o entendimento dos tribunais frente aos casos concretos de exclusão de responsabilidade, e que muitas vezes apresentam opiniões controversas, elucidando a problemática que as transformações e evolução das sociedades acarretam na uniformização e sistematização do presente tema.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA:

2.1 A era da vingança privada. o código de hamurabi.

O estudo doutrinário e dogmático da responsabilidade civil não pode prescindir da análise histórica do tema, não só para compreensão do seu alcance, como para avaliar a sua importância. Os estudos históricos revelam, realmente, que o princípio consagrado pelo art.159 do nosso Código Civil, que parece emanar, instintivamente, da consciência humana, não surgiu espontaneamente na vida jurídica, e que, na verdade, representa o resultado de uma lenta evolução dos conceitos jurídicos.

Nos povos primitivos a reação contra os atos danosos ou criminosos é deixado ao próprio ofendido, ou ao grupo ao qual pertence. Esta fase é denominada de período da justiça privada, ou vingança privada, e oferecia poucas vantagens e graves inconvenientes. Longe de reparar o dano, acirrava as animosidades e levava a represálias entre famílias e grupos , que enfraqueciam a inteira comunidade.

Na história da civilização acerca do dano e de sua reparação, a primeira noção de que se tem conhecimento de um sistema codificado de leis surgiu na Mesopotâmia, através de Hamurabi, rei da Babilônia (1792-1750 a.C.).

O texto do Código transparece uma preocupação de hamurabi em garantir ao lesado uma reparação equivalente ao prejuízo sofrido, sendo que o princípio geral do Código era: “O forte não prejudicará o fraco”.

A constatação da existência de vingança privada neste povo primitivo provém de seus próprios dispositivos normativos, senão vejamos conforme parágrafos 196, 197 e 200 do Código.

§ 196. “*Se um awilum destruir um olho de um (outro) awilum destruirão seu olho.*”

Awilum significa “homem livre” e ainda, a lei determinava que, se o agressor e o ofendido pertencessem à mesma classe social, que fosse aplicada a pena de Talião: “olho por olho”.

§ 197. “*Se quebrou o osso de um awilum: quebrarão o seu osso.*”(grifei)

§ 200. “*Se um awilum arrancou um dente de um awilum igual a ele arrancarão o seu dente.*” (grifei)

Percebe-se que a vingança, apesar de privada, muitas vezes era coletiva. O grupo ou família a qual pertencia a vítima da agressão era quem retribuía o dano causado, o que causava muitas vezes conflitos generalizados, caracterizando a época de primitividade dos povos antigos e de sua desorganização social.

Não obstante, o próprio Código previa ainda a reparação do dano pela forma de pagamento de um valor pecuniário. Esta noção, além de representar uma satisfação compensatória pelo prejuízo sofrido, objetivava ainda a exclusão da idéia de vingança, sentimento contrário à unidade e harmonia do grupo social.¹

Desta feita, observa-se que as ofensas pessoais eram reparadas na mesma classe social, à custa de ofensas idênticas. Por outro lado, havia também a previsão de penas pecuniárias, como forma de compensar o dano suportado, assim como forma de exclusão do sentimento de vingança.

2.2 O direito romano e a *lex aquilia*

No passar dos séculos vários foram os povos que ainda apresentavam resquícios da vingança privada. Na Grécia, o caráter coletivo de vingança era característico, de que é exemplo o rapto de Helena de Tróia, esposa de Memelaus, e que resultou na expedição de gregos contra a cidade de Tróia. Nas comunidades germânicas, os crimes e atos ilícitos do membro de um grupo ou membros de outro grupo resultavam em guerra entre duas famílias².

No período do Direito Romano, que constituiu um marco na história da evolução jurídica intelectual, doutrinária e dogmática,

¹ REIS. Clayton. *Dano Moral*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1998. p.11

² Martinho Garcez Neto. *Responsabilidade Civil no Direito Comparado*, Rio de Janeiro, Renovar, 2000. p.24

-

das quais a maioria dos sistemas modernos Ocidentais possuem suas raízes, também apresentou, em seu início, indícios de justiça privada.

A própria Lei das XII Tábuas, primeiro monumento legislativo dos Romanos, e a mais importante Lei da República Romana³, e que dispunha sobre o direito público e privado, também apresenta em suas compilações ideais de justiça privada.

Na Tábua VII aparece significativa expressão deste critério na lei 11ª: *“si membrum rupsit, ni cum eo pacit, talio esto”* (se alguém fere a outrem, que sofra a pena de Talião, salvo se existiu acordo”. A responsabilidade não dependia da culpa, apresentando-se apenas como uma reação do lesado contra a causa aparente do dano.

Assim, apesar de ainda haver previsão legal de aplicação da vingança privada, esta medida passou a ser superada, ao longo dos séculos, pelos ideais de composição, o qual transparecia em medida mais oportuna e coerente com os ideais de harmonia e paz social.

No entanto, foi somente com a promulgação da Lei Aquilia que veio a se cristalizar a idéia de reparação pecuniária do dano, impondo que o patrimônio do lesante suportasse o da reparação, esboçando-se a noção de culpa como fundamento da

responsabilidade. Passou-se a atribuir o dano à conduta culposa do agente, de forma que o mesmo se isentaria de qualquer responsabilidade se tivesse procedido sem culpa.

De acordo com a *Lei Aquilia* para que se configurasse o dano seria necessário a conjugação de três elementos, a saber: a *iniuria*, ou seja, que o dano decorresse de ato contrário ao direito; a *culpa*, sendo que o dano deveria ser praticado com dolo ou culpa em sentido estrito; e o *damnum*, que seria a lesão em virtude de ação direta do agente contra a coisa, não entendendo como responsável os atos frutos de omissão⁴.

Percebe-se a marcante influência desse período da história com a promulgação desta Lei, tendo em vista que sua estrutura foi marcante para a criação e formulação da Teoria da Responsabilidade e de seus requisitos atuais.

Após este período o Estado passou, então, a intervir nos conflitos privados, fixando o valor dos prejuízos, obrigando a vítima a aceitar a composição, renunciando à vingança. Essa composição permaneceu no Direito Romano com o caráter de pena privada e como reparação, visto que não havia nítida distinção entre a responsabilidade civil e penal.

³ José Carlos Moreira Alves. *Direito Romano*, 10ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1995, Vol.I . p.22

⁴ José Carlos Moreira Alves, *Direito Romano*, 10ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1995. p. 272/273 (V.II)

2.3 A idade média e o período das codificações

Após os estudos de Justiniano e a chegada da Idade Média, houve uma estruturação da idéia de dolo e de culpa *strictu sensu*, seguida de uma elaboração da dogmática da culpa, o que levou à distinção entre responsabilidade civil e pena.

Nesta época surgiu a Escola do Direito Natural e com a elaboração dogmática e jurídica de seus filósofos, houve uma evolução dos conceitos liberando a ação de reparação dos danos da tradição romanista, e adequando sua justificação às realidades que a Lei deve ter em conta⁵.

O jusnaturalismo, fundado nos ideais de que a natureza humana é a base da Lei natural, demonstrou sua importância ao valorizar o homem como a essência na busca dos ideais de Justiça. Desta feita, as noções de reparabilidade de danos causados se fortificou, uma vez que adequou-se a construção teórica do instituto às suas exigências práticas.

Este movimento foi de suma importância também na evolução da responsabilidade civil em relação ao seu fundamento, ou seja, a razão por que alguém deve ser obrigado a reparar um dano. Com o tempo, o dever de reparação acabou tendo como fundamento não somente a culpa, o que caracteriza a responsabilidade subjetiva, mas também o risco, caso em que seria

objetiva, ampliando-se, assim, a indenização de danos sem a existência de culpa⁶.

Por fim, chega-se ao período das Codificações, com início no século XVIII. O princípio da Codificação consistiu em banir uma legislação fragmentada, desarmônica, contraditória, tornando a mesma, após a Revolução Francesa e com o Código Napoleônico, uma lei clara, harmônica e precisa, que correspondia às necessidades do povo, vítima da impiedosa realeza.

A codificação do direito civil teve, fatalmente, conseqüências da maior importância para a responsabilidade civil, contratual ou aquiliana. Os princípios consagrados nos artigos 1.382 e 1383 do Código Napoleão revolucionaram a concepção de responsabilidade civil, e inspiraram a elaboração de seus conceitos e fundamentos em todos os códigos da modernidade, dentre eles o Código Civil Brasileiro.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1 Noções gerais

A responsabilidade civil é o resultado de ato ilícito que constitui uma ação, omissiva ou comissiva, imputável ao agente, danosa para o lesado e contrária à ordem jurídica. Essa violação jurídica poderá

⁶ Martinho Garcez Neto, op. Cit., p.30

⁷ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, 15ª edição, São Paulo, Saraiva, 2001, Vol. VII p. 11

consistir em desobediência a um dever previsto no ordenamento jurídico (ilícito civil ou penal) ou a uma obrigação assumida (inexecução de contrato).

O homem, em suas interações na sociedade, ao violar direito de terceiros, ou ferir valores básicos da coletividade, deve arcar com as conseqüências, sem o que impossível seria a própria vida em sociedade.

Este comportamento gera, para o autor, a responsabilidade civil, que traz, como conseqüência, a imputação do resultado à sua consciência, traduzindo-se na prática, pela reparação do dano ocasionado, conseguida normalmente pela sujeição do patrimônio do agente. Por outras palavras, é o ilícito figurando como fonte geradora de responsabilidade.

Nosso Código Civil define ato ilícito como ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência que viola direito ou causa prejuízo a outrem. Deste ato antijurídico, decorre a responsabilidade ao agente que o praticou, ou seja, a responsabilidade é uma conseqüência da prática do ato ilícito. Esta pode ser legal, quando é imposta por lei, caso o ato jurídico seja decorrente de violação da lei, ou contratual, se decorre de convenção entre as partes.

Responsabilidade é a obrigação de dar, fazer ou não fazer alguma coisa, de ressarcir ou reparar danos, de suportar sanções

penais, exprimindo sempre a obrigação de responder por alguma coisa. Responsabilidade civil é a obrigação que o agente tem de ressarcir e reparar os danos ou prejuízos causados injustamente a outrem. Essa obrigação quase sempre acarreta um ônus ao agente do dano, mediante indenização, podendo recair sobre o sujeito passivo da relação originária ou sobre algum terceiro.

A doutrina dominante tem estabelecido critérios ou requisitos de configuração da responsabilidade civil. Assim, a doutrina tem apresentado como elementos de sua caracterização a ação, o dano e o nexo de causalidade.

A ação constitui o ato, de omissão ou comissão, praticado pelo agente, que contrarie dever geral previsto no ordenamento, ou então que configure o descumprimento de obrigação assumida. Assim, para que haja o dever de reparar o dano indispensável que ocorra um ato ilícito, figura da responsabilidade subjetiva, ou então, ato lícito, que face ao risco existente, recais na esfera da responsabilidade objetiva.

O dano deve ser certo, atingindo a um bem ou interesse jurídico, sendo necessária a prova real e concreta desta lesão. Não pode haver responsabilidade civil sem a ocorrência de dano, que compreende o dano emergente e o lucro cessante, ou seja, a efetiva diminuição no patrimônio da vítima e o que ela deixou de ganhar.

Quanto ao nexo de causalidade, este diz respeito ao vínculo existente entre a ação e o dano. Se não se provar que o dano ocorreu por ação ou omissão voluntária do agente não haverá o dever de reparação. O mesmo se diga quanto às excludentes de responsabilidade, como por exemplo, a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito e força maior.

3.2 Responsabilidade por fato de outrem

A responsabilidade que decorre de ato próprio é a chamada responsabilidade direta, e a indireta é aquela que decorre de ato ou fato alheio à sua vontade, mas de algum modo sob sua proteção e vigilância. Podemos então dizer que responsabilidade civil é a obrigação de compor o prejuízo ou dano, originado por ato do próprio agente (direta) ou ato ou fato sob o qual tutelava (indireta), e ainda que sua obrigação deve ser assumida diante do Poder Judiciário.

Só responde pelo dano, em princípio, aquele que lhe der causa. É a responsabilidade por fato próprio, consagrado no art.159 do Código Civil. No entanto, há casos em que o código estabelece que o agente deve suportar as consequências do fato de terceiro, justamente para que a vítima não fique injustiçada. A extensão da

responsabilidade é inspirada no objetivo social de tornar certa a reparação.

Há uma presunção *iuris tantum* de culpa de certa pessoa, se outra, que estiver sob sua guarda ou direção, praticar ato danoso. Assim, a culpa do autor do prejuízo acarretará a da pessoa sob cuja direção esta se encontrar. É o que ocorre, por exemplo, com os atos que causem prejuízo praticados por menores, dos quais serão responsáveis seus pais ou tutores, por caber a estes um dever de vigilância sobre aqueles.

Em tese, por ser esta culpa uma presunção *iuris tantum*, a prova do responsável pelo menor de que agiu com prudência e os cuidados indispensáveis ilidem a sua responsabilidade. Entretanto, a tendência moderna tem-se direcionado no sentido de sempre buscar uma reparação para a vítima que sofreu o prejuízo. É este o entendimento do Projeto do Código Civil de 1975, que preconiza em seu artigo 934 que os pais, patrão, amo ou comitente respondam pelos atos dos filhos, empregados, serviçais ou prepostos, ainda que não haja culpa de sua parte, criando, então, a responsabilidade objetiva, visto que a idéia de risco atende mais aos reclamos do mundo atual.⁷

Não obstante, a culpa presumida dos pais, ou culpa *in vigilando*, com relação ao seu dever de exercer o pátrio poder, está

cristalizada no Código Civil em seu art. 1521, Inc. I,. Esta culpa consiste na falta de atenção especial dos pais, necessária em relação aos filhos menores. Como exemplo disto é o pai que permite ao filho menor que brinque com armas ou instrumentos perigosos, de modo que, são responsáveis os pais pelos danos causados pelo filho. .

Para que se configure a responsabilidade é necessário que o filho seja menor de 16 anos (se entre 16 e 21 anos haverá responsabilidade solidária entre menor e responsável), que esteja sobre o pátrio poder ou companhia do responsável, e que os pais sejam negligentes na vigilância, ou seja, incorram em culpa *in vigilando*, que se presume havendo a inversão do *ônus probandi*, incumbindo aos pais provarem que cumpriram com o dever de vigilância para se livrarem da responsabilidade (súmula 341 do STF).

O mesmo fundamento é utilizado para os patrões e amos que respondem pelos danos causados por seus empregados e serviçais. Assim, o funcionário que provoca acidente de trânsito enseja à vítima que acione o empregador, por este incorrer em culpa *in eligendo*. A única exigência é a de que o empregado esteja em serviço⁸ para que o patrão responda pelos seus atos. Nestes casos a

⁷ Maria Helena Diniz, op. cit., p. 434

⁸ Rui Stoco, *Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial*, 4ª edição, São Paulo, RT, 1999. p. 480

doutrina e jurisprudência tem firmado o entendimento de que a responsabilidade do empregador é objetiva em relação aos danos causados pelos seus empregados, tendo seu fundamento de que teria o patrão escolhido mal seus subordinados, caracterizando a culpa *in eligendo*.

Basta, portanto, que a vítima prove a culpa do funcionário ou empregado para que possa acionar o empregador. A responsabilidade deste somente será ilidida caso seja comprovada a culpa exclusiva da vítima, ou caso fortuito ou de força maior. Assim, a culpa do patrão é presumida, ao passo que a culpa do empregado deve ser provada pela vítima do dano.⁹

Com relação aos educadores e instituições de ensino, tem-se o entendimento de que se o dano é causado pelo aluno contra terceiros, a escola responde pelos prejuízos, com responsabilidade presumida, que admite prova em contrário. Tem, porém, ação regressiva contra os pais dos alunos causadores diretos do dano. Novamente como pressuposto fundamental e indeclinável é o de que a responsabilidade do estabelecimento de ensino somente persiste enquanto o fato danoso tenha sido praticado pelo aluno, quando este estava sob sua guarda e vigilância.

3.3 Responsabilidade pelo fato da coisa

A doutrina e a Lei consideram ainda, além da responsabilidade por fato de outrem, a responsabilidade pelo fato da coisa que abrange os danos causados por fato de animais ou coisas inanimadas. Na antiguidade, já as Leis de Manu e Hamurabi procuravam apurar a responsabilidade pelos danos causados por animais. Face à mentalidade da época de vingança privada, entendiam os Tratados da época o seguinte: “se um boi ferir com seus chifres um homem, ou uma mulher, será apedrejado e não se comerão suas carnes, mas o dono do boi será inocente”¹⁰.

Atualmente, com a evolução da teoria da responsabilidade, este entendimento não poderia subsistir. O animal e as coisas são objeto de guarda, de maneira que esta responsabilidade pelo fato da coisa baseia-se na obrigação de guardar. Responderão pelos danos causados por animais ou por coisas inanimadas tanto o seu proprietário como o seu detentor ou possuidor, pois o dever de indenizar decorre da negligência na guarda ou na direção do bem.

Entende a doutrina como sendo a culpa do proprietário ou detentor em presunção *iuris tantum*, sendo portanto ilidida caso prove que exerceu a diligência e a vigilância precisas para evitar o evento danoso, que, apesar de seu cuidado, adveio de um fato

⁹ Maria Helena Diniz, op. cit., p.443

¹⁰ Antônio Chaves. *Tratado de Direito Civil*, São Paulo, RT, 1985. Vol.III. p.171

externo imprevisível e irresistível. Como exemplo, tem-se o proprietário de fazenda que apesar de manter firme seu cercado, foi este derrubado em virtude de fortes tempestades, ocasionando a entrada de vacas na propriedade vizinha causando danos a sua plantação.

Não obstante, sobreleva enfatizar que basta que a vítima prove o dano causado e o nexo de causalidade, para que se configure a culpa presumida do responsável pela guarda do animal e o conseqüente dever de indenizar a vítima. O proprietário do animal poderá se liberar da responsabilidade caso prove uma das excludentes permitidas em Lei (art. 1527, I a IV do Cód. Civil).

Desta feita, além do caso supracitado, será o proprietário isento de responsabilidade se provar que: o animal foi provocado por outro; se o ofendido agiu imprudentemente, como por exemplo, por ter-se aproximado de um animal sem as necessárias cautelas; ou se o fato resultou de caso fortuito ou força maior.

Assim, aquele que provoca um cachorro feroz, ou montou cavalo bravo, sem ter a experiência necessária, ou picou as esporas no boi que abusivamente montou, não haverá que se falar em responsabilidade do dono do animal.

Além da responsabilidade pelo fato do animal existe ainda aquela assumida frente às coisas inanimadas. O titular do domínio

ou possuidor, ao usar coisa inanimada pode ocasionar acidentes lesivos ao patrimônio e à integridade física do terceiro, caso em que deverá reparar o dano causado, conforme a teoria geral da responsabilidade civil.

As noções básicas da teoria da responsabilidade civil pela guarda da coisa inanimada tem origem no art.1384 do Código Napoleônico, que atribui responsabilidade à pessoa não apenas pelo dano por ela causado, mas ainda, pelo dano causado pelas coisas sob sua guarda.

A noção de guarda é essencial na determinação da responsabilidade pelo fato da coisa. Assim, nem sempre será responsável o proprietário da coisa, mas sim aquele que detiver sua guarda no momento do dano. É o que ocorre em casos de reparação por acidente de veículos, como assenta Wladimir Valler¹¹:

"A obrigação de reparar o dano é, de regra, daquele que causar o prejuízo a outrem. A responsabilidade é individual. O motorista, proprietário do veículo, que por exemplo, dirigindo imprudentemente, dá causa a uma colisão, produzindo danos materiais, é obrigado a reparar, de forma integral, os prejuízos, de modo a repor a vítima na situação em que se encontrava antes do acidente."

¹¹Wladimir Valler. *Responsabilidade Civil e Criminal nos Acidentes Automobilísticos*, 5ª edição, Ed. Julex Livros, 1994. p. 59

Observe-se que o doutrinador parte da premissa de que o motorista e o proprietário são a mesma pessoa. Não o sendo, é o motorista quem deve indenizar, haja vista os princípios da individualidade e da estipulação legal da existência de culpa.

O guarda da coisa inanimada é, em regra, o seu proprietário, havendo contra ele uma presunção de responsabilidade pelos danos que a coisa causar a terceiros, sendo ilidida apenas se demonstrar culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior.

Desta feita, a teoria da responsabilidade pelo fato de coisas inanimadas segue o fundamento da teoria da responsabilidade objetiva ou sem culpa. O proprietário da coisa inanimada, ao possuir determinado objeto como veículos de transporte, maquinários e outros, assume os riscos que da coisa possam advir, recaindo portanto, sobre ele, culpa presumida pelos danos causados a terceiros.

Se porventura, como bem esclarece Maria Helena Diniz¹², ficar o proprietário ou possuidor privado da guarda, por transferência da posse jurídica ou por furto da coisa, não mais terá a condição de guarda, não incidindo mais sobre o mesmo a presunção de responsabilidade. Mas se a perda da posse se der por culpa sua, comprovada pelo lesado, seu dever de ressarcir permanecerá, ante a norma geral da responsabilidade do art.159 do Código Civil.

3.4 Responsabilidade objetiva e culpa presumida

A princípio, a responsabilidade civil fundou-se na doutrina da culpa, adotada pelo nosso Código Civil de 1916. A multiplicação das oportunidades e das causas de danos evidenciaram que a responsabilidade subjetiva mostrou-se inadequada para cobrir todos os casos de reparação.

A responsabilidade subjetiva, dentro da doutrina de culpa, depende da comprovação pelo lesado, da violação de norma preexistente e nexos causal entre o dano e a antijuridicidade da conduta do agente. Verificamos, que nem sempre o lesado consegue provar esses elementos e em consequência, a vítima remanesce não indenizada, mesmo que se admita que foi efetivamente lesada.

Esta responsabilidade baseada na culpa será direta ou indireta; aquela quando o responsável pelo dever de ressarcir o prejuízo causado for o mesmo agente que cometeu o ato ilícito gerador do dano; e esta quando o imputado responderá por ato de terceira pessoa, com a qual tenha vínculo legal de responsabilidade (pais, tutores, curadores etc) face à configuração de culpa presumida dos responsáveis, hipóteses estas previstas em lei.

A responsabilidade objetiva possui seu fundamento desde o Direito Romano, no princípio da equidade, onde aquele que lucra com uma situação deve responder pelos riscos ou desvantagens que

¹² Maria Helena Diniz, op. cit., p. 457

a atividade apresenta. É o que ocorre, por exemplo, com pessoas que empreendem atividades destinadas à produção de energia elétrica ou de explosivos, exploração de minas, instalação de fios elétricos, telefônicos e telegráficos, assim como transporte aéreo, marítimo, terrestre etc.

A doutrina objetiva nasceu devido às técnicas de juristas que sentiram a necessidade desse novo elemento para desempenhar mais ampla cobertura para a reparação do dano. É imposta por Lei independentemente de culpa e mesmo sem necessidade de apelo ao recurso da presunção.

A corrente da responsabilidade objetiva é aquela que defende a responsabilidade civil como fundamento no risco, ou seja, quem desenvolve determinada atividade deve arcar com os riscos da atividade que podem, inclusive, criar riscos para terceiros. Temos, então, que a responsabilidade objetiva visa a estimulação do cuidado que as pessoas devem possuir com estados e condições adquiridas. Essa corrente tem caráter predominantemente social.

Conforme Rui Stoco, “a doutrina objetiva, ao invés de exigir que a responsabilidade civil seja a resultante dos elementos tradicionais (culpa, dano, vínculo de causalidade entre uma e outro)

assenta-se na equação binária cujos pólos são o dano e a autoria do evento danoso”¹³.

Dentro da teoria clássica da culpa, a vítima tem de demonstrar a existência dos elementos fundamentais de sua pretensão, sobressaindo ao comportamento culposo do demandado. No sistema objetivo, responde-se sem culpa, ou melhor, esta indagação não tem lugar.

Temos de um lado, a culpa, e, de outro, o risco – por força da lei – como fundamentos da responsabilidade civil. Ainda, na responsabilidade objetiva, a atividade que gerou o dano é lícita, mas causou perigo a outrem, de modo que aquele que a exerce, por ter a obrigação de velar para que dela não resulte prejuízo, terá o dever ressarcitório, pelo simples implemento do nexo causal.¹⁴

A responsabilidade civil fundada na culpa tradicional não satisfaz e não dá resposta segura à solução de numerosos casos. A exigência da vítima de provar o erro de conduta do agente deixa o lesado sem reparação em grande número de casos. Com esta conotação, a responsabilidade, segundo a corrente objetivista, deve surgir exclusivamente do fato. É esta, atualmente, a conotação adotada.

¹³ Rui Stoco, op. cit., p.78

¹⁴ Maria Helena Diniz, op. cit., p.50

Como bem preceitua Caio Mário¹⁵, a culpa exprimiria a noção básica e o princípio geral definidor da responsabilidade, aplicando-se a doutrina do risco nos casos especialmente previstos, ou quando a lesão provém de situação criada por quem explora profissão ou atividade que expôs o lesado ao risco do dano que sofreu.

A responsabilidade sem culpa, fundada na teoria do risco, decorre, em nosso direito, por exemplo, de acidentes de trabalho, acidentes nas estradas de ferro com relação aos proprietários marginais da linha, do pagamento de cheque falsificado por banco, entre outros.

4 EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE:

4.1 Caso fortuito ou força maior

A força maior ou o caso fortuito, inseridos no Código Civil em seu art.1058, constituem elementos que eliminam a culpabilidade face a sua inevitabilidade. Os autores em sua maioria entendem como desnecessária e até inútil a distinção entre estes fatores, preferindo relacioná-los aos conceitos de imprevisibilidade e inevitabilidade. Sua peculiaridade é que seu fundamento centra-se no fato de que o prejuízo não é causado pelo fato do agente, mas em razão de acontecimentos que escapam a seu poder.¹⁶

¹⁵ Caio Mário da Silva Pereira. *Responsabilidade Civil, Forense*, 3º edição, Rio. p.266

¹⁶ Sílvio de Salvo Venosa. *Direito Civil*, São Paulo, Atlas, 2001, Vol.III. p.521

A noção de caso fortuito e força maior decorre de dois elementos, quais sejam, o elemento objetivo, que se configura na inevitabilidade do evento danoso, e o elemento subjetivo, que consiste na ausência de culpa na produção do acontecimento¹⁷.

O fato gerador da exclusão de responsabilidade nestes casos consiste na supressão da relação de causalidade¹⁸. Desaparecido o nexos causal, não é mais possível falar em obrigação de reparar. Caio Mário esclarece com muita propriedade o fato de não ser qualquer acontecimento que libera o devedor, mas tão somente aquele que leva obrigatoriamente ao ato danoso e a inevitabilidade, de modo que para que se exima o agente, é necessário que o evento não possa ser impedido nos seus efeitos.¹⁹

A morte de um empregado rural vitimado por raio é acontecimento trágico, imprevisível e inevitável, puro evento de origem natural, caracterizando-se o caso fortuito ou força maior, o que exclui o encargo indenizatório. O mesmo ocorre nos casos de enchentes, terremotos, tornados, forças da natureza que fogem ao controle do ser humano.

¹⁷ Maria Helena Diniz, op. cit., p.96/97

¹⁸ Rui Stoco, op. cit., p.86

4.2 Cláusulas de não indenizar

A cláusula de irresponsabilidade é a estipulação pela qual uma das partes contratantes declara, com a concordância da outra que não será responsável pelo dano por esta experimentado, resultante da inexecução ou execução inadequada de um contrato. Nota-se, portanto, que tal excludente refere-se à responsabilidade contratual, não sendo admitida quando estipulada de forma unilateral, sem o consentimento da outra parte, ou quem eventualmente possa vir a ser prejudicado. Trata-se, portanto, da exoneração convencional do dever de reparar o dano²⁰.

Desta feita, placas impressas e informações publicitárias nos estacionamentos particulares alegando irresponsabilidade por danos ou furtos ocorridos nos veículos não podem prevalecer, pois falta-lhe o requisito da transação e anuência dos proprietários dos veículos.

Ademais, nosso Direito tem buscado limitar ao máximo a incidência destas cláusulas, de forma a proteger o patrimônio daqueles que injustamente foram lesados. Além da cláusula não valer para matéria delitual, assim como para normas que visam à proteção da ordem pública e dos bons costumes, o STF (súmula 161) tem declarado sua invalidade nos contratos de transporte.

¹⁹ Caio Mário da Silva Pereira, *op. cit.*, p.302

²⁰ Sílvio de Salvo Venosa, *op. cit.*, p.529

Resta às cláusulas tão somente adquirirem validade na esfera privada, no exclusive interesse particular.

4.3 Culpa exclusiva da vítima

Apesar da lei civil não apresentar qualquer disposição normativa com relação à culpa da vítima como causa excludente da responsabilidade civil, a doutrina e a jurisprudência se ocuparam de tal tarefa.

Ocorre que há uma quebra nos elementos configuradores da responsabilidade subjetiva, uma vez que não existe nexos causal entre a ação ilícita e o dano causado. Assim, responderá pelos danos somente à própria vítima, tendo em vista que a culpa incide unicamente sobre ela.

Como exemplo temos o indivíduo que na tentativa de cometer suicídio atira-se frente a veículo em movimento. Não há que se falar em ação do condutor, muito menos em nexos de causalidade. Sílvia Rodrigues nos traz outro exemplo que esclarece bem a culpa exclusiva da vítima: “se esta foi atropelada ao atravessar, embriagada, uma estrada de alta velocidade, é inescusável o fato de que o doloroso evento derivou de sua exclusiva culpa, não se podendo atribuir senão a ela a responsabilidade pelo ocorrido.

Impossível falar em relação de causa e efeito entre o ato do motorista e o falecimento d vítima”²¹.

Da idéia da culpa exclusiva da vítima, que derruba um dos elos – o nexo causal – que leva à responsabilidade civil, chega-se à concorrência de culpa, que se caracterizam quando a vítima não é a única causadora do dano, mas também um agente. Assim, se lesado e lesante concorreram com uma parcela de culpa, produzindo um mesmo prejuízo, porém por atos independentes, cada um responderá pelo dano na proporção em que concorreu para o evento danoso.

4.4 Estrito cumprimento do dever legal

Um fato considerado ilícito perde esta conotação quando praticado no cumprimento de um dever legal. O estrito cumprimento do dever legal decorre do dever imposto pelo direito objetivo. Assim, a prisão efetuada pelo policial em obediência a mandado judicial não configura ato ilícito não podendo o preso requerer, por exemplo, indenização por danos morais.

O cumprimento do dever legal é causa de justificação em que o dever cumprido representa valor predominante em relação ao interesse que é lesado. Como bem salienta Luis Cláudio Silva, “o agente deve agir, sob pena de ser responsabilizado pela sua

²¹ Sílvia Rodrigues, op. cit., p.166

omissão”²². Ainda, o dever não pode exceder o limite racionalmente indispensável a sua realização, quer no modo como nos meios empregados.²³ O excesso transforma a ação, inicialmente lícita, em ilícita, devendo ser ressarcido os danos causados.

Nos casos de estrito cumprimento do dever legal, em que o agente é exonerado da responsabilidade pelos danos causados, a vítima deve buscar o ressarcimento do Estado. Ademais, o Estado não terá ação regressiva contra o servidor que executou o dever legal, justamente por estar este acobertado pela excludente do estrito cumprimento do dever legal.

Desta forma, como no exemplo supracitado, caso o policial, em perseguição com sua viatura contra o ladrão, vier a causar um acidente contra veículo de terceiro, este deverá acionar o Estado para se ressarcir dos prejuízos causados, não cabendo ao policial qualquer responsabilidade pelos danos ocorridos.

4.5 Exercício regular de direito

O exercício regular do direito, nas palavras do autor Orlando Soares, “corresponde à faculdade que a ordem jurídica assegura a

²² Luis Cláudio Silva. *Responsabilidade Civil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1999 p.133

²³ Rui Stoco, op. cit., p.92

toda pessoa, de querer e realizar, ou de agir e reagir até onde o seu direito não atinja o de outrem”²⁴.

Aquele que usa de um direito seu não causa dano a ninguém. Desta forma, caso haja lesão a direito alheio causado por ato realizado no exercício regular de um direito reconhecido, não haverá imputabilidade, excluindo qualquer responsabilidade do agente. Este o entendimento de nossa Lei Civil, que em seu art.160 preconiza não constituir ato ilícito aquele causado no exercício regular do direito, por não constituir procedimento contrário ao ordenamento jurídico.

O indivíduo que penhora os bens do devedor ou o proprietário que constrói sua casa em terreno acaba sempre prejudicando terceiros (devedor, vizinhos etc), no entanto, estará no exercício regular de seus direitos, desde que proceda com moderação. Da mesma forma o desportista que produz lesões em decorrência da prática de esporte em conformidade com a regulamentação específica²⁵. Assim, a única limitação está na razoabilidade do uso de seus direitos, uma vez que se excedendo incidirá em abuso de direito, o que é combatido pelo Direito.

Atos característicos do exercício regular do direito são os aparelhos preventivos utilizados na defesa das propriedades, como engenhos mecânicos, cercas de arame farpado, muros recobertos

²⁴ Orlando Soares. *Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro*, 3º edição, Rio de Janeiro, 1999 p.490

com pontas de vidro, que impedem o acesso ao interior de terrenos, habitações, chácaras etc. estas medidas, para que sejam legítimas e configurem a excludente ora analisada, devem opor uma resistência normal, conhecida e notória, que adverte aquele que pretenda violar o direito alheio.

Aníbal Bruno²⁶ nos apresenta definição bem própria do uso regular do direito. “O que o indivíduo exercita no fato é o direito de cercar a propriedade sua dos recursos necessários a assegurar-lhe a inviolabilidade (...) ;o direito que tem todo titular de um bem jurídico de protegê-lo contra injusta agressão. Mas de protegê-lo por meios razoáveis e de acordo com o valor do bem e a possível violência da agressão”.

4.6 Estado de necessidade

O código civil, em seu artigo 160, II e parágrafo único, dispõe que não constituem atos ilícitos a deteriorização ou destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, desde quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário e quando não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo.

O que se percebe é um conflito de direitos ou de interesses. O indivíduo, ante a probabilidade de ter direito seu lesionado, ofende direito alheio. O ato deve ser indispensável para afastar o dano, do

qual seria impossível que seu autor ou um terceiro agissem de outra maneira. Ocorre, na verdade um dilema: ou se sofre mal iminente e inevitável, ou se escapa dele sacrificando um bem alheio.

Muitos autores consideram o estado de necessidade e a legítima defesa como institutos semelhantes, por possuírem requisitos em comum. No entanto, no estado de necessidade, ao contrário da legítima defesa, a vítima é inocente. Ainda, conforme Orlando Soares, “considera-se que o estado de necessidade difere da legítima defesa, por não compreender reação a uma agressão, que caracteriza esta”²⁷.

Grande problemática surge com respeito ao dever de indenizar a vítima que sofre prejuízos fruto dos danos provocados para se salvar do perigo iminente, uma vez que na esfera civil, o art.1519 impõe esta necessidade. A questão que mais gera polêmica é o fato do Código de Processo Penal, em seu artigo 65, estabelecer que o estado de necessidade constitui exclusão de tipicidade, não podendo o agente sofrer conseqüências penais.

No entanto, o entendimento prevalente, mesmo sendo o Código de Processo Penal mais moderno do que o Código Civil, é o de que a norma do art.65 do CPP não derogou as normas do CC (160, 1519 e 1520), uma vez que tais normas não contrariam a norma do

²⁶ Aníbal Bruno. Direito Penal, Forense, Rio, 2ªed., 1959, t.II, vol.I, p.9

²⁷ Orlando Soares, op. cit., p.492

CPP, mas tão somente apresentam disposições gerais ou especiais em relação às já existentes.

Desta forma, entende-se que o dano causado em estado de necessidade não isenta o seu causador, mesmo que tenha sido absolvido na esfera criminal. Esta linha procura manter os ideais consagrados na teoria geral da responsabilidade civil, onde se protege o patrimônio da vítima que sofreu prejuízos injustamente.

Não obstante o ordenamento jurídico considerar o ato praticado em estado de necessidade como conduta lícita, sobreleva mencionar que a responsabilidade neste caso é objetiva, uma vez que não se discute a culpa do agente, mas tão somente a verificação de um dano causado a terceiro.

Ainda, o ato praticado tem por característica essencial o fato da vítima não ter provocado nem facilitado o seu próprio dano, pois caso se verifique tal hipótese, haverá culpa exclusiva da vítima, incidindo, então, outra excludente de responsabilidade.

Maria Helena Diniz nos apresenta um caso que esclarece todo o entendimento acima demonstrado. “se A, dirigindo cautelosamente seu carro, para não ferir B, que atravessa a rua distraidamente, lança seu veículo sobre o carro de C, estacionado regularmente. Como C não agiu culposamente, deverá ser indenizado. Logo, sendo

B o culpado, A, após pagar o prejuízo sofrido pelo dono do carro estacionado, poderá reembolsar-se do que pagou junto a B".²⁸

Concluindo, só não haverá dever ressarcitório se o prejudicado for o próprio ofensor ou o próprio autor do perigo.

4.7 .Legítima defesa

O código civil deixou de definir em que consiste a legítima defesa, devendo-se busca-la no direito criminal. O art. 25 do Código Penal define legítima defesa como o ato de quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Para a configuração do estado de legítima defesa, deve o agente revidar de imediato uma agressão, atual ou iminente a um direito seu ou de outrem, não podendo esperar cessar esta agressão para depois então revidá-la, pois assim não estaria mais amparado por essa excludente de responsabilidade.²⁹

Da definição extrai-se os requisitos deste ato: a agressão injusta, que consiste em todo ato que ameaça ou ofende um bem jurídico; atualidade ou iminência na agressão, que consiste na efetiva realização da agressão ou que está em vias de se realizar, e se o ofendido não a impedir, se tornará atual; bem próprio ou de

²⁸ Maria Helena Diniz, op. cit., p.47

²⁹ Luis Cláudio Silva, op. cit.,132

outrem, ou seja, qualquer bem pode ser suscetível de ser protegido pela legítima defesa; e uso moderado, que consiste na proporcionalidade da reação à agressão recebida³⁰. Desta forma, se com uso moderado de meios necessários alguém repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, legítimo será o dano infligido ao agressor pelo agredido, não acarretando qualquer reparação por perdas e danos, sendo improcedente qualquer pedido de indenização formulado pelo prejudicado.

A doutrina é pacífica com relação a inexistir dever de ressarcir danos causados ao agressor. Por outro lado, há autores que divergem quanto à necessidade de reparar os danos causados a terceiros inocentes que não deram causa ao evento.

Os que entendem não existir dever de reparação se baseiam no art.160, I do CC, fundamentando ser a legítima defesa ato lícito, não ensejando dever de ressarcimento. A outra vertente, dos que acreditam haver dever de reparação a danos causados a terceiros, caracterizam a ofensa a bem de terceiros como sendo estado de necessidade, ensejando, portanto, dever de reparação (art.1519 e 1520 da Lei Civil)³¹.

4.8 Fato de terceiro

Nos casos em que incide a excludente do fato de terceiro ocorre a interferência de pessoa diversa do agente e da vítima. No entanto, imprescindível que se faça uma análise da extensão do comportamento do terceiro em relação ao evento danoso, pois sua natureza dependerá na exclusão ou não da responsabilidade do agente.

Desta feita, deve-se provar que a ação que resultou na ocorrência do dano se deu exclusivamente por ato ilícito cometido por terceiro. Assim, nas palavras de Miguel Serpa Lopes, “a sua força excludente da responsabilidade depende tão só de ficar demonstrado que o dano partiu exclusivamente do fato de terceiro, caso em que o ofensor material fica isento de toda e qualquer responsabilidade”³²

Ocorre o dano, identifica-se o responsável aparente, mas não incorre este em responsabilidade, porque foi a conduta do terceiro que interveio para negar a equação agente-vítima, ou para afastar do nexo causal o indigitado autor. O fato de terceiro só exonera quando realmente constitui causa estranha ao devedor, isto é, quando elimine, totalmente, a relação de causalidade entre o dano e o desempenho do contrato³³.

³² Miguel Serpa Lopes. *Curso de Direito Civil*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2001, Vol. V. p.215

³³ Rui Stoco, op. cit., p.94

Se para o evento tiver de qualquer forma, ou em qualquer proporção ou parcela, concorrido o agente para a ocorrência do dano, não haverá isenção de responsabilidade, concorrendo com o terceiro na composição das perdas e danos.

Nos seus efeitos, a causa excludente do fato de terceiro se assemelha ao caso fortuito e força maior, tendo em vista a necessidade de configurar-se os elementos da imprevisibilidade e, principalmente, inevitabilidade.

Nos casos de transporte, que mais têm gerado polêmica nas decisões dos tribunais superiores, tem entendido o STF (súmula 187) não ser possível reivindicar a excludente de responsabilidade por fato de terceiro, comparando tais casos à responsabilidade objetiva.

Não obstante, alguns autores entendem que se o fato de terceiro advir de ação exclusivamente sua, e ser ainda inevitável, caberia invocar tal excludente. Como exemplo temos o disparo feito no interior da viatura por terceiro, que exime o transportador de responsabilidade pelo dano experimentado pelo passageiro ferido com o projétil³⁴.

Por fim, entende-se também que se o fato de terceiro não é equiparado ao fortuito, a reparação tem ocorrido com base nos arts. 160, II, 1.519 e 1520 do Código Civil. Assim, o causador direto do

dano tem a obrigação de repará-lo, ficando com direito à ação regressiva contra terceiro, de quem partiu a conduta ilícita culposa. Este entendimento procura novamente salvaguardar a vítima dos danos a ela causados injustamente.

5 JURISPRUDÊNCIA

“Se o abalroamento do poste de iluminação pública se deu em virtude de caso fortuito, por ter-se escapado, ocasionalmente, o terminal da barra de direção do automóvel, o seu proprietário está isento de qualquer responsabilidade pelos danos resultantes”(RT 346/336).

“A ruptura da borrachinha dos freios é totalmente imprevisível ao motorista do veículo, que só a constata quando da inoperância daqueles. Assim sendo, é perfeitamente normal o fato de o veículo trafegar com seus sistemas de freios atuando eficientemente e,

³⁴ Sílvia Rodrigues, op. cit., p.170

**inesperadamente, o mesmo se tornar inoperante”
(RT 351/362).**

"Responsabilidade civil – Operário eletrocutado quando pela madrugada regressava para casa – Inexistência de culpa do empregador - caso fortuito configurado pelas provas – ação de indenização improcedente – "Em nosso direito, ressalvadas as exceções, a responsabilidade se esteia na culpa. Sem a prova desse elemento subjetivo, não há indenização. Tudo não passou de caso fortuito. No dia do fato choveu muito. A vítima que regressava de um baile, entrando pelos fundos da casa, com roupa molhada, bateu no fio de eletricidade, cujo isolador se desprendera, em virtude de forte temporal. Não tendo havido culpa, inexistente a obrigação de indenizar". (RT 369/89).

O caso fortuito só pode resultar de causa estranha à vontade do devedor” (TJSP – 6º C.-Ap. Rel. Geraldo Roberto – j. 8.2.79 – *RT* 526/60). Parte do acórdão: "o caso fortuito não pode jamais provir de ato culposos do obrigado, pois a própria natureza inevitável, o acontecimento que o caracteriza exclui essa hipótese. Somente pode resultar de uma causa estranha à vontade do devedor, irresistível, o que já indica ausência de culpa. Se o evento decorre de um ato culposos do obrigado, não será inevitável; logo, não haverá caso fortuito"- Arnold M. da Fonseca, Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão, 3ª ed. , Forense, 1958, n. 102, p.147)."

“O assalto constitui, a princípio, em relação à transportadora, força maior, que afasta a sua presumida responsabilidade” (TARJ – 6º C.-Ap-Rel. Fonseca Costa – j. 16.8.83 – *RT* 582/208).

“A cláusula de não indenizar só tem cabimento quando estabelecida com caráter de transação ,

não podendo ser deduzida de fórmulas impressas a título publicitário e não integrantes do contrato” (1º TACSP – 3º C – Ap. – Rel. Fonseca Tavares – j. 14.10.81 – RT 563/146)

“A cláusula contratual que exclua a responsabilidade do estacionamento por danos eventualmente ocorridos no bem ali depositados não pode prevalecer, pois contraria a essência e ao próprio objeto da convenção” (TJSP – 1º C. – Ap. – Rel. Luiz de Azevedo – j. 22.2.91 – RT 670/73)

Responsabilidade civil – Atropelamento em estrada de rodagem – Pessoa postada à noite no meio da via – circunstâncias que a tronam única culpada pelo acidente – Ação improcedente –
“Procede com imprudência a pessoa que, pela mnadrugada, com densa neblina permanece abaixada em estrada de rodagem, à procura de um documento. A culpa cabe, portanto, inteiramente ao autor e a ação não podia deixar de ser julgada improcedente” (RT 564/146).

“Ainda que verídicas as assertivas no sentido de que a rádio patrulha dirija-se a um determinado local para ajudar no cerco a bandidos que fugiam a ‘pe, pela linha do trem, é evidente que não poderia seu motorista conduzir a viatura, em diligência oficial, em velocidade que pudesse ser comparada àqueles outros que, a trabalho ou a passeio, circulam pelas vias públicas. Tal circunstância exigia velocidade mais enérgica. Tão só esta circunstância já afasta a alegação de velocidade incompatível. Era ela perfeitamente compatível com a realidade do que ocorria” (1º TACSP – 5º C. – Ap. n. 404.130-7 – Rel. Pinheiro Franco – j. 5.1.89).

“Ninguém poderá ser responsabilizado civilmente pelo exercício regular de direito seu enquanto se mantiver dentro da ordem jurídica, ainda que terceiro venha a sofrer prejuízo sem

ter sido parte na ação” (TJSC – 2º C. – Ap. – Rel. Ernani Ribeiro j. 26.2.82 RT 563/230)

“Responsabilidade Civil – Meios de defesa da propriedade – Cerca eletrificada – Morte – Culpa da vítima – “Embora o uso de offendicula ou meios de defesa da propriedade se situe na esfera de licitude, o emprego de forma camuflada, como detonadores dispostos a atingir quem dele se aproxima, ou dispositivo de aparência inofensiva, como as cercas eletrificadas, colocadas com a intenção de ofender com surpresa, não pode ser considerado como exercício regular de direito, ou de legítima defesa, devendo cada caso ser examinado com as suas características próprias e as circunstâncias que o envolvem.

Apesar da desproporção entre o valor do bem protegido e do que foi sacrificado, se a culpa pela morte – causada por cerca eletrificada – deveu-se exclusivamente à vítima, que, sabedora da existência do mecanismo de

defesa, assumiu conscientemente o risco de neutralizá-lo para consumir o furto, não há falar em responsabilidade do proprietário, por inexistir ato ilícito” (TJMG – 3º C. – Ap. – Rel. Lauro Pacheco Filho – j. 14.4.88 – *RT* 632/191)

Indenização – Responsabilidade civil – Acidente de trânsito – Estado de necessidade reconhecido na esfera criminal, consistente em evitar o atropelamento de várias pessoas, desviando o veículo para abalroar outro estacionado no acostamento da estrada – Irrelevância no âmbito civil – Indenização devida, assegurado o regresso contra os culpados – Art. 1.520 do CC (*RJTJSP* 41/112)

“O causador de dano, que age em estado de necessidade, responde perante a vítima inocente, ficando com ação regressiva contra terceiro que causou o perigo” (TJSP – 2º Gr. Câms. Cíveis – Elnfrs. – Rel. Costa Manso – j. 25.10.73 – *RT* 509/69)

“O motorista que, ao desviar de fechada provocada por terceiro vem a colidir com automóvel que se encontrava regularmente estacionado responde perante o proprietário deste pelos danos causados, não sendo elisiva da obrigação indenizatória a circunstância de ter agido em estado de necessidade. Em casos tais, ao agente causador do dano assiste tão somente direito de regresso contra o terceiro que deu causa à situação de perigo” (STJ – 4º T. – RESP 12.840 – 0 – Rel. Sálvio de Figueiredo – j. 22.2.94)

Indenização – Responsabilidade civil – Homicídio – Legítima defesa – não obrigação de indenizar – interpretação do art. 65 do CPP e artigos 1.519, 1.520 e 1.540 do Código Civil (RJTJSP 41/120).

“Mesmo que o agente tenha praticado o ato em legítima defesa, subsiste a responsabilidade

civil pelos danos causados a terceiro, que em nada contribuiu para a ocorrência do evento” (TRF 4º R. – 5º T. – Ap. – Rel. Teori Albino Zavascki – j. 5.10.95 – RT 730/374).

Responsabilidade civil – Ônibus abalroado por caminhão e arremessado contra outro veículo – Exclusão de culpa do motorista do ônibus – Ação de indenização improcedente – “Quando a primeira culpa, causadora da segunda, é de tal força e de tal intensidade que exclui a liberdade de ação do segundo culpado, este terá excluída a sua culpa” (RT 404/134).

“O fato de terceiro não exclui a responsabilidade do causador direto do dano e apenas lhe assegura o direito de regresso (art.1.520 do CC; JTA 105/83 e 192, 109/148 e 225, 124/112, 129,53); diversa solução apenas seria admissível se cumpridamente demonstrado que a ação do terceiro fora a causa exclusiva do prejuízo, sem qualquer

participação ativa do preposto da apelante (Carlos Roberto Gonçalves, *Responsabilidade Civil*, p.223; Wilson Melo da Silva, *Da responsabilidade civil automobilística*, p.105; JTA 121/202)” (1º TACSP – 7º C. Esp. De jan./93 – Ap.504.235-9 – Rel. Luiz Carlos Ribeiro Borges – j. 5.1.93.).

6 CONCLUSÃO

O tema Responsabilidade Civil, pela sua amplitude, por ser um assunto interdisciplinar, atinente a todos os ramos do direito, e não somente ao Direito Civil, e pela sua complexidade apresentada, não se encontra bem estruturado na legislação, doutrina e jurisprudência, eis porque apresenta-se como um desafio àqueles que pretendam escrever sobre ele.

No presente trabalho procurou-se dissertar a respeito da teoria geral da responsabilidade civil, fixando como tema de maior interesse e relevância, a questão das excludentes de responsabilidade. Após apresentação de cada uma das formas de exclusão, assim como enumeração exaustiva de casos concretos apresentados nas jurisprudências anexadas, conclui-se que a exclusão ocorre quando ausente o ***nexo de causalidade***, entre o dano e a ação ou omissão do agente causador.

O que se denota das normas jurídicas em vigor, quando tratam do tema em tela, é a intenção e preocupação do legislador em garantir a recomposição dos prejuízos suportados pela vítima, que em nada contribuiu para a ocorrência dos danos. Assim, o Direito busca primeiramente proteger o patrimônio dos injustamente lesados, garantido àqueles que diretamente causaram o prejuízo, sem no entanto dar causa para o evento, se ressarcir dos

verdadeiros culpados pelas condutas ilícitas (art. 1520 e 1521 do Código Civil).

Concluindo, tem-se que é indiscutível a importância do instrumento da Responsabilidade Civil, que possui o Direito, para a vida do homem. Este homem que se serve desta possibilidade, de muito tempo atrás, até hoje, e com certeza não haverá de perdê-la, até que se encontre uma outra forma de reparação, que não duvidamos seja uma evolução desta.

O Direito como forma de pacificação, fixação de uma estabilidade social e de uma harmonia entre os indivíduos que integram sua sociedade faz surgir, em seu bojo, instrumentos que objetivam uma certa estabilidade social.

Essa estabilidade é buscada por toda a sociedade para que possa haver uma harmonia, que não deve jamais ser quebrada, seja pela prática de atos ilícitos, seja por culpa ou até mesmo, por eventos considerados imprevistos pelos indivíduos.

BIBLIOGRÁFIA

1. ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*, 10º edição, Rio de Janeiro, Forense, 1995, Vol.I.
2. ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*, 10º edição, Rio de Janeiro, Forense, 1995, Vol.II.
3. BRUNO, Aníbal. *Direito Penal*, 2ºed, Forense, Rio., 1959, t.II , vol.I
4. CHAVES, Antônio. *Tratado de Direito Civil*, São Paulo, RT, 1985. Vol.III
5. DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, 15º edição, São Paulo, Saraiva, 2001, Vol. VII.
6. JUNIOR, Humberto Theodoro. *Responsabilidade Civil*, 2º edição, Rio de Janeiro, Aide, 1993, Vol.II.
7. LEÃO, Adroaldo e FILHO, Rodolfo M. V. Pamplona. *Responsabilidade Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.
8. LOPES, Miguel M. de Serpa. *Curso de Direito Civil*, 5º edição, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2001, Vol. V.
9. MELO, Albertino Daniel de Melo. *A Responsabilidade Civil pelo Fato de Outrem nos Direitos Francês e Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 1972.
10. NETO, Martinho Garcez. *Responsabilidade Civil no Direito Comparado*, Rio de Janeiro, Renovar, 2000.
11. PEDROTTI, Irineu Antonio. *Responsabilidade Civil*. 2.ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1995. 1v.
12. PEDROTTI, Irineu Antonio. *Responsabilidade Civil*. 2.ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1995. 2v.

13. PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil, Forense*, 3º edição, Rio de Janeiro.
14. REIS, Clayton. *Dano Moral*, 4º edição, Rio de Janeiro, Forense, 1998.
15. RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil – Responsabilidade Civil*, 18º edição, São Paulo, Saraiva, 2001, Vol. IV.
16. SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*, 12º edição, Rio de Janeiro, Forense, 1996.
17. SILVA, Luis Cláudio. *Responsabilidade Civil*, 2º edição, Rio de Janeiro, Forense, 1999.
18. SOARES, Orlando. *Responsabilidade Civil no Direito Brasileiro*, 3º edição, Rio de Janeiro, 1999.
19. STOCO, Rui. *Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial*, 4º edição, São Paulo, RT, 1999.
20. VALLER, Wladimir. *Responsabilidade Civil e Criminal nos Acidentes Automobilísticos*, 5ª edição, Ed. Julex Livros, 1994.
21. VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil*, São Paulo, Atlas, 2001, Vol.III.